



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 5.735, DE 18 DE ABRIL DE 2023

INSTITUI, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA, A GRATIFICAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DA SERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a gratificação de Gestor de contrato e de Fiscal de Contrato a serem atribuídas aos servidores designados como Gestores de Contrato e de Fiscais de Contrato no âmbito da Câmara Municipal da Serra.

Art. 2º O Gestor de Contrato e o Fiscal de Contrato farão jus à gratificação mensal de R\$500,00 para cada contrato gerenciado/ fiscalizado. Para os contratos que possuam cessão de mão de obra nas dependências da Câmara Municipal da Serra, a comissão mensal do Fiscal de Contrato e do Gestor de Contrato será de R\$700,00 para cada contrato.

§ 1º A gratificação especial possui natureza remuneratória e deve ser utilizada como base de cálculo do décimo terceiro salário (gratificação natalina) e abono de férias.

§ 2º A gratificação especial é devida apenas pelo efetivo exercício de atribuições adicionais em comissões, permanentes e/ou temporárias, que desempenhem atividades complementares àquelas previstas para o cargo de provimento efetivo ou em comissão titularizado pelo servidor.

§ 3º Nos casos de férias, a comissão será devida ao Gestor/Fiscal suplente, proporcionalmente aos dias em que houver a substituição.

§ 4º A gratificação mensal não será incorporada à remuneração do servidor, nem poderá ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens pecuniárias previstas no Estatuto do Servidor Municipal, com exceção do disposto no § 1º.

§ 5º O exercício das atribuições do servidor designado para uma comissão ocorrerá sem prejuízo das funções do cargo de origem.

§ 6º Nos casos em que o servidor não completar o mês na integralidade deverá ser paga a comissão proporcional, *pro rata die*, de acordo com aquele mês.

§ 7º Fica limitada para cada Fiscal de Contrato e Gestor de Contrato a quantidade máxima de 5 contratos, visando manter a qualidade e eficiência na fiscalização.





MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º As atribuições do Fiscal de Contrato e do Gestor de Contrato, bem como as exigências quanto a elaboração de relatórios e manutenção de controles próprios serão regulamentadas através de Portaria.

Art. 4º A nomeação do Fiscal de Contrato e de Gestor de Contrato será feita através de Portaria.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações consignadas no orçamento da Câmara Municipal da Serra, suplementadas se necessário.

Art. 6º As despesas relativas à gratificação são caracterizadas como despesas obrigatórias de caráter continuado, submissas ao que disciplina a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e constarão dos Relatórios de Gestão Fiscal.

Art. 7º O pagamento da comissão pressupõe que o servidor designado possua competência técnica para o exercício da função, cabendo à Administração Pública verificar esta condição e ofertar capacitação ao servidor.

Art. 8º As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Legislativo.

Art. 9º A Câmara Municipal da Serra fica autorizada a celebrar convênios e contratos necessários, a fim de possibilitar a execução da presente Lei.

Art. 10. Esta Lei será regulamentada, no que couber, por Portaria.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palácio Municipal em Serra, 18 de abril de 2023.

ANTONIO SERGIO ALVES
VIDIGAL:52549810759
ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL
Prefeito Municipal

Assinado de forma digital por ANTONIO
SERGIO ALVES VIDIGAL:52549810759
Dados: 2023.04.24 14:25:22 -03'00'



LEI Nº 5.735, DE 18 DE ABRIL DE 2023

INSTITUI, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA, A GRATIFICAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DA SERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a gratificação de Gestor de contrato e de Fiscal de Contrato a serem atribuídas aos servidores designados como Gestores de Contrato e de Fiscais de Contrato no âmbito da Câmara Municipal da Serra.

Art. 2º O Gestor de Contrato e o Fiscal de Contrato farão jus à gratificação mensal de R\$500,00 para cada contrato gerenciado/ fiscalizado. Para os contratos que possuam cessão de mão de obra nas dependências da Câmara Municipal da Serra, a comissão mensal do Fiscal de Contrato e do Gestor de Contrato será de R\$700,00 para cada contrato.

§ 1º A gratificação especial possui natureza remuneratória e deve ser utilizada como base de cálculo do décimo terceiro salário (gratificação natalina) e abono de férias.

§ 2º A gratificação especial é devida apenas pelo efetivo exercício de atribuições adicionais em comissões, permanentes e/ou temporárias, que desempenhem atividades complementares àquelas previstas para o cargo de provimento efetivo ou em comissão titularizado pelo servidor.

§ 3º Nos casos de férias, a comissão será devida ao Gestor/Fiscal suplente, proporcionalmente aos dias em que houver a substituição.

§ 4º A gratificação mensal não será incorporada à remuneração do servidor, nem poderá ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens pecuniárias previstas no Estatuto do Servidor Municipal, com exceção do disposto no § 1º.

§ 5º O exercício das atribuições do servidor designado para uma comissão ocorrerá sem prejuízo das funções do cargo de origem.

§ 6º Nos casos em que o servidor não completar o mês na integralidade deverá ser paga a comissão proporcional, *pro rata die*, de acordo com aquele mês.

§ 7º Fica limitada para cada Fiscal de Contrato e Gestor de Contrato a quantidade máxima de 5 contratos, visando manter a qualidade e eficiência na fiscalização.

Art. 3º As atribuições do Fiscal de Contrato e do Gestor de Contrato, bem como as exigências quanto a elaboração de relatórios e manutenção de controles próprios serão regulamentadas através de Portaria.

Art. 4º A nomeação do Fiscal de Contrato e de Gestor de Contrato será feita através de Portaria.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações consignadas no orçamento da Câmara Municipal da Serra, suplementadas se necessário.

Art. 6º As despesas relativas à gratificação são caracterizadas como despesas obrigatórias de caráter continuado, submissas ao que disciplina a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e constarão dos Relatórios de Gestão Fiscal.

Art. 7º O pagamento da comissão pressupõe que o servidor designado possua competência técnica para o exercício da função, cabendo à Administração Pública verificar esta condição e ofertar capacitação ao servidor.

Art. 8º As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Legislativo.

Art. 9º A Câmara Municipal da Serra fica autorizada a celebrar convênios e contratos necessários, a fim de possibilitar a execução da presente Lei.

Art. 10. Esta Lei será regulamentada, no que couber, por Portaria.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palácio Municipal em Serra, 18 de abril de 2023.

ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL

Prefeito Municipal

Protocolo 1072093

LEI Nº 5.736, DE 20 DE ABRIL DE 2023

ALTERA A LEI Nº 2.655/2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DA SERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Dá Nova redação ao Inciso V do art. 2º da Lei 2.655/2003:

Art. 2º...

I - ...

...

V - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA:

SUPERINTENDÊNCIA GERAL

COORDENAÇÃO LEGISLATIVA

COORDENAÇÃO DE APOIO AO MUNICÍPIO

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

COORDENAÇÃO DE FINANÇAS

COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Art. 2º Da nova redação ao Capítulo IV, da Lei 2.655/2003:

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Art. 3º Revoga o artigo 24 da Lei 2.655/2003.

Art. 4º Da nova redação ao artigo 25, exclui seção I e da nova redação as subseções I e II que passam a ter nova redação da Lei 2.655/2003:

Seção I

Da Divisão de Recursos Humanos

Art. 25. A Coordenação de Recursos Humanos é um órgão ligado diretamente a Superintendência Geral, tendo como âmbito de ação, o planejamento, a coordenação, a execução e o controle das atividades referentes à administração de pessoal, e especificamente: (NR)

...

Subseção I

Seção I

Unidade de Recrutamento, Seleção, Treinamento e Administração de Cargos e Salários

Art. 26. ...

Subseção II

Seção II

Da Unidade de Administração de Pessoal

Art. 27. ...

Art. 5º Acrescenta novo Capítulo de V e renomeia Capítulo de V para VI da Lei 2.655/2003:





MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

OF. GAB. N.º 214/2023

Serra, 25 de abril de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
SAULO MARIANO RODRIGUES NEVES JUNIOR
Presidente
Câmara Municipal da Serra
Rua Major Pissarra, nº 243-265, Centro
29176-020 – Serra/ES

Assunto: Encaminha 1 (uma) via da Lei nº 5.735, de 18 de abril de 2023.

Senhor Presidente,

Encaminho 1 (uma) via da Lei nº 5.735, de 18 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial do Município da Serra em 25 de abril de 2023, com a seguinte ementa: “Institui, no âmbito da Câmara Municipal da Serra, a gratificação de Gestor de Contrato e de Fiscal de Contrato e dá outras providências”, conforme se verifica em anexo.

Atenciosamente,

ANTONIO SERGIO ALVES
VIDIGAL:52549810759

Assinado de forma digital por ANTONIO
SERGIO ALVES VIDIGAL:52549810759
Dados: 2023.04.25 13:29:22 -03'00'

ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL
Prefeito Municipal

